

As Lixeiras Domésticas do Solar Lopo Gonçalves e a Cultura Material do Século XX

Rodrigo Garcia Fraga¹

Resumo: O presente artigo versa sobre as práticas de descarte do lixo doméstico no Solar Lopo Gonçalves, disposto em distintas áreas de seus fundos, contrariando as medidas higienistas correntes durante o século XX. A investigação proposta deste pesquisador trata da análise espaço-temporal, ou diacrônica e sincrônica, no processo de descarte de lixo no Solar, atual sede do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, através de um hábito internalizado neste núcleo familiar. Os artefatos exumados deste espaço doméstico, aliados às informações sobre a disposição externa de seu quintal e as implicações sócio-históricas dos grupos que o ocuparam, demonstram que ocorreram mudanças nos padrões de comportamento deste núcleo familiar e esse estudo, assim, aborda este espaço a partir de um olhar sobre a cultura material do século XX.

Palavras-Chave: Porto Alegre. Solar Lopo Gonçalves. História. Arqueologia. Lixo.

The Household Waste Sites of Lopo Gonçalves and the Material Culture of the 20th Century

Abstract: This article deals with the household waste disposal practices in Solar Lopo Gonçalves, wrapped in different areas of your funds, contrary to current hygienists measures during the 20th century. The aim of this research researcher deals with spatio-temporal analysis, or diachronic and synchronic, in the process of disposing of trash in Solar, current seat of the Museum of Porto Alegre Joaquim José Felizardo, through a habit internalized in this family. The artifacts exhumed from this domestic space, allies to information about the external layout of your yard and the socio-historical implications of the groups that occupied, show that there have been changes in the patterns of behavior of this family and this study therefore addresses this space from a look at the material culture of the 20th century.

Keywords: Porto Alegre. Solar Lopo Gonçalves. History. Archaeology. Garbage.

Considerações Iniciais

Resquícios materiais como ossos, vidros, metais e louças advindos de intervenções arqueológicas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, por vezes compõe uma falta de consciência em relação ao simples processo de descartar lixo. Ao refletir sobre as práticas de despejos deste lixo, inserindo significados no exercício diário, um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de nossa herança cultural, percebemos que esse ato

¹ Historiador e Mestrando em História com ênfase em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGH/UFRGS, com a orientação da Prof^ª Dra. Adriana Schmidt Dias. Pesquisa com o fomento financeiro da Capes. E-mail: rodrigogarciafraga@hotmail.com

quotidiano capacita-nos para um melhor usufruto destes *bens*. Isso porque trata-se de um processo contínuo de criação e, sobretudo, de uma apropriação cultural que as vezes é involuntária, sem uma intencionalidade direta.

Este *objeto real*, ou o material reciclado que é posto “fora” diariamente pela população ou, neste caso, mesmo por uma família, é uma fonte de informação sobre a rede de relações sociais, e o contexto histórico em que foi ele produzido e utilizado, é dotado de significado pela mesma sociedade que o criou. Sem o consumo, o objeto não se completa como um produto, pois, no sentido amplo, uma casa desocupada, por exemplo, não se caracteriza como uma casa. Contudo, o valor de uso não pode ser compreendido especificamente ao simples nível de “necessidades” e “desejos”. Os homens não produzem simplesmente “habitação” ou “abrigo”, a produção é algo maior e diferente de uma lógica de eficiência material: é uma intenção cultural (SAHLINS, 2003, p. 169).

Ao sugerir trabalhar a partir dos vestígios materiais de uma família porto-alegrense, passamos a recriar parte de nossa própria história e a descobrir esta rede de significados e relações, além de processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e seus usos mais diversos. A Arqueologia informa-nos sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização, cumprindo uma tarefa específica. Edgar Morin (2003, p. 87), nesse sentido, contempla-nos considerando “a natureza enquanto uma cera nas mãos do homem, onde este homem não apresenta critérios éticos para explorá-la”, ou seja, a racionalidade para elencar este *bem* cíclico, por vezes não renovável, remete a uma confusão deste homem com o meio ambiente e o patrimônio material.

Determinados distúrbios ambientais e patrimoniais que hoje afloram condicionam este homem, mas não os conscientiza suficientemente. E o lixo abrange essa perspectiva e seu estudo, assim, faz-se oportuno. Durante as intervenções arqueológicas em 1996 e 2005 na parte dos fundos do Solar Lopo Gonçalves², nessa perspectiva, evidenciou-se uma contínua e,

2 Solar Lopo Gonçalves, atual sede do Museu Joaquim José Felizardo, órgão da SMC de Porto Alegre, localizado na Rua João Alfredo, 582, Cidade Baixa, Porto Alegre (RS). O sítio Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04) possuía 90m de largura e 227m de profundidade quando foi adquirido pela família. Cerca de 29m² de seus fundos sofreram intervenções arqueológicas. Este mesmo espaço já se estendeu da Rua da Olaria (atual Lima e Silva) até a Rua da Margem (atual João Alfredo) quando de sua edificação (uma casa de porão alto), construída entre 1845 e 1855, “[...] por um rico comerciante português, com uma das faces voltada para a Rua da Margem (atual João Alfredo), tendo esta denominação devido ao acompanhamento do antigo traçado do Riacho (atual

por vezes, aleatória prática de descarte de seus residentes. Entretanto, foi a existência de três sucessivas áreas de descarte de lixo doméstico do século XX por aqueles que ali residiam que despertaram o interesse deste pesquisador.

Os artefatos exumados e analisados dos buracos abertos e usados como lixeiras domésticas, podem mostrar que essas áreas respeitaram os usos das mesmas práticas de descarte dos períodos de ocupação do Solar durante o século XIX e de parte do século XX (oficialmente até 1946 quando os herdeiros de Joaquim e Maria Luiza vendem a propriedade e encerram o ciclo da família no assobradado).³ Diante disso, percebemos a rotineira prática de descarte do lixo doméstico dos residentes do Solar disposto substancialmente em distintas áreas de seus fundos.

A pertinência está nas investigações espaço-temporal desse processo, em consonância com uma cultura material do século XX, ao integrar a compreensão da situação de descarte nos fundos do referido espaço doméstico, construído entre 1845 e 1845 pelo comerciante Lopo Gonçalves Bastos. Um espaço que, após o inventário de 1878, foi herdado pelo genro e sobrinho Joaquim Bastos, casado com sua filha Maria Luiza, e depois herdado pelos filhos do casal após o inventário de 1919.

O processo de descarte no século XX, todavia, compõe um cenário atípico para o Solar e mesmo para a Arqueologia, pois tais práticas em lixeiras domésticas nos novecentos mostram que o interior das unidades domésticas revelam um quadro de análise desconhecido, assim como o produto que chega ao mercado de destino, no caso, o seio familiar do Solar Lopo Gonçalves e que constitui, segundo Sahlins (2003, p. 180), “a objetificação de uma categoria social que ajuda a constituir esta última na sociedade”.

Arroio Dilúvio)”. GIACOMELLI, Sérgio. *Solar Lopo Gonçalves: de propriedade rural a Museu de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 13.

3 O Solar Lopo Gonçalves foi vendido em 1946 pelos herdeiros de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (sobrinho, genro e herdeiro de Lopo Gonçalves Bastos, junto com os filhos Maria Luiza Teixeira Bastos, Lopo Gonçalves Bastos Filho, Francisca Teixeira Bastos e Aurélia Teixeira Bastos). Além do Solar, os descendentes de Lopo herdaram: uma casa térrea à Rua da Margem nº 40, avaliada em 2.500\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº 26, avaliada em 2.500\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº 4, avaliada em 1.800\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº 11, avaliada em 1.500\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº 13, avaliada em 1.300\$000; uma dita assobradada na mesma Rua nº 09, avaliada em 4.500\$000; uma dita de sobrado com dois andares à Rua dos Andradas nº 293 e 295, avaliada em 33.300\$000. In: Inventário de Lopo Gonçalves Bastos (e sua esposa Francisca Lopo Teixeira Bastos): 1º Cartório Cível, Autos 429, Maço 19, Estante I, março de 1878, p. 5 – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

A Arqueologia nos Fundos de um Espaço Doméstico

Para tal apreensão, é preciso não somente verificar em qual categoria material se enquadra esse refugio doméstico que foi exumado, mas também a sua situação no sítio em relação às estruturas de habitação, a fim de determinar as áreas preferenciais de descarte e sua variação através do tempo (SYMANSKI, 1998, p. 125). A perspectiva aproximada das intervenções arqueológicas no Solar destaca três áreas escavadas que desvendaram concentrações de materiais, e que são atribuídas a lixeiras domésticas. Descartes periféricos e adjacentes à casa de Joaquim, Maria Luiza e de seus herdeiros no século XX ocorriam nos fundos do pátio, e a característica dos descartes neste sítio arqueológico merece reflexão.

No processo de análise e interpretação da cultura material escavada no Solar foi atestado a existência de três bolsões com materiais pertencentes a uma mesma cronologia de produção, e que dialogavam entre si através de um concomitante descarte nas áreas destinadas para o descarte doméstico. Artefatos esses de refugio doméstico, ou de consumo doméstico, que possuem um ciclo de vida que pode ser dividido, segundo Schiffer (1972, p. 3), em cinco etapas: manufatura, aquisição, uso, manutenção e descarte. Itens materiais que neste caso penetraram no ambiente doméstico pela via da aquisição através da compra, troca ou ganho.

Durante as intervenções arqueológicas nos fundos do Solar em 2005, coordenadas pelo arqueólogo João Felipe Garcia da Costa, evidenciou-se uma lixeira doméstica de seus residentes que mostraram um hábito internalizado neste núcleo familiar, ou seja, uma prática de enterramento de rejeitos corrente no século XIX. Como a cultura material evidenciada pertencia ao cenário de aquisição do século XX, atesta-se que continuaram essas práticas de descartes que faziam parte do cotidiano destes indivíduos no século XIX e eram, mesmo com o desrespeito aos artigos do Código de Posturas de Porto Alegre de 1892 que proibiam estas práticas, descartados e enterrados no quintal doméstico dessa unidade doméstica, contrariando também as medidas higienistas e de salubridade públicas (WEBER, 1992, p. 70).

Os locais de destinação de lixo são um expressivo *viés* de estudos das civilizações que os formaram, pois “costuma ser o que resulta da produção humana, o que se destina ao consumo” (EIGENHEER, 2009, p. 17). Uma produção cujo potencial pode ser atestado nas intervenções arqueológicas no Solar. O arqueólogo João Felipe que, como mencionado,

coordenou as escavações de 2005,⁴ consubstancia a hipótese dos enterramentos novecentistas e do potencial desses estudos ao salientar que:

A quadrícula CIIa1 revelou-se como a quadrícula mais profícua, tendo em vista que nela foi evidenciada uma lixeira, provavelmente das primeiras décadas do século XX, embora alguns itens materiais possam remontar a períodos anteriores. A partir desta constatação, foram abertas mais três quadrículas contíguas (C2b1, C2b2, C2b10). O material arqueológico começou a aparecer logo aos 0,4m de profundidade na primeira camada (coloração marrom escuro), que projetava-se no máximo até os 0,7m. A segunda camada, entre 0,7m e 0,23m, apresenta uma coloração mais acinzentada e maior quantidade de material. A terceira camada (preta), evidenciada entre 0,25m até 0,40m corresponde à lixeira propriamente dita. Neste estrato foram encontrados uma grande variedade e quantidade de materiais, sobretudo do início do século XX (COSTA; TOCCHETTO, 2005, p. 16).

Em 1996, em sua primeira intervenção arqueológica no Solar Lopo Gonçalves, o arqueólogo Luis Cláudio Symanski, que coordenou as escavações entre 03 de janeiro e 17 de abril de 1996, dividindo o sítio em duas áreas de trabalho, assinala os materiais do século XX encontrados em suas investidas. Diante de uma área com potencial, o arqueólogo destaca que “os poços-testes abertos evidenciaram um buraco de lixo do século XX” (SYMANSKI, 1998, p. 135)⁵, do mesmo modo que os poços-testes feitos próximos ao local onde foi aberta a trincheira⁶ apresentaram outro buraco de lixo do século XX, contemporâneo ao primeiro⁷.

O pertinente neste caso também são as identificações e interpretações do seu modo de deposição. De acordo com Marcelo Rede (1996, p. 276), mesmo a trajetória dos objetos altera-se em função das transformações da sua própria natureza física ou mesmo da sua inserção social (processos de desgaste, manutenção, reciclagem). Estudar o passado recente e o presente significa abordar questões que são mais relevantes para a sociedade e que facilitam a participação ativa do público, mesmo consciente da não observância dos arqueólogos, em muitos casos, no tocante à cultura material do século XX. Diante disso, segundo Rede (1996):

É uma ilusão pensar que um objeto incorpora seus atributos morfológicos, fisiológicos e semânticos em um único ato criador e os mantém por toda sua trajetória. Embora em nenhum aspecto haja um tal congelamento, alguns são mais visíveis que outros. Quanto à forma, será fácil perceber as alterações, seja se possui

4 COSTA, João Felipe Garcia da; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Relatório Técnico Final. Projeto “Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-Histórico e Histórico do Município de Porto Alegre.”* Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre junho de 2005 e junho de 2006 (Relatório aprovado: Portaria nº155, Diário Oficial da União de 20/06/2006, CLT30141/2005-08-24, projeto 914BRA4003 Monumenta/ PRODOC) – Acervo da 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

5 Quadrícula B7c3.

6 Quadrículas B2c5, B2d5, B2e5, C2a5 e C1a5.

7 Quadrícula C2a5.

uma ideia exata do estado original, seja por intermédio de análises laboratoriais, que revelarão acréscimos, subtrações, substituições, etc. As alterações na função também são, em geral, facilmente perceptíveis. As transformações nos significados, por serem mais abstratas, às vezes, imperceptíveis na materialidade, exigem esforço maior de compreensão por parte do historiador, mesmo que a apreensão pelos agentes seja imediata (REDE, 1996, p. 276).

Abordar este passado recente representa tratar coisas que lhes dizem respeito diretamente. Ao mesmo tempo, possibilita também enfrentar novas questões sobre a temporalidade e a materialidade, facilitando o diálogo com outras disciplinas ou formas de conhecimento. González-Ruibal (2012, p. 105) salienta que o passado, ou melhor, os passados, “estão aqui e agora, em todos os lados, embaixo de nossos pés quando pisamos em uma calçada ou em um pátio doméstico, diante de nossos olhos.” Isso, porém, não torna qualquer objeto de pesquisa de fácil acesso ou interpretação, mesmo ele estando próximo do pesquisador como fonte ou motivação. Debruçar-se sobre o que muitas vezes pulsa diante dos olhos não é tarefa fácil e requer fôlego.

Para Symanski (1998, p. 125), na perspectiva primeira da disposição dos artefatos recuperados do Solar, “no ambiente doméstico os itens materiais são utilizados e mantidos até perderem sua funcionalidade.” Se o reuso ou reciclagem não são convenientes para seus usuários, ocorre, então, o descarte. Com o descarte os itens materiais deixam de fazer parte do contexto sistêmico relacionado ao seu ciclo de vida dentro de um sistema cultural e passam, segundo Schiffer (1972, p. 4), para o contexto arqueológico. Com isso tornam-se objetos de investigação do arqueólogo e parte que integra o espaço no qual nunca saíram e, ao fazer parte do contexto arqueológico de investigação, passam a integrar seu ciclo de vida, domesticando uma estrada interrompida pelo descarte, pois aqui estamos tratando de peças dispostos em lixeiras e que, no sentido amplo, perderam valor funcional e que retomam seu ciclo de vida.

Os Elementos Diacrônicos e Sincrônicos no Solar Lopo Gonçalves

Uma parcela expressiva do material exumado de sítios históricos domésticos está relacionada a atividades que transcorreram dentro das estruturas de habitação, tais como alimentação, higiene, lazer e, em alguns casos, trabalho. No Solar os itens materiais, ou os elementos semifixos⁸ utilizados nessas diversas atividades não eram, no entanto, descartados

8 Segundo Amos Rapoport (1997): elementos fixos (*fixed-feature*) consistem em edificações, muros, pisos, etc; os semi-fixos (*semi-fixed-feature*), em “móveis”, interiores e exteriores; e os não-fixos (*non-fixed-feature*), em pessoas e suas ações. In: RAPOPORT, 1997, p. 13, *apud* TOCCHETTO, 2010, p. 20.

no mesmo local de uso, mas transportados para locais específicos de deposição de refugo externos às estruturas de habitação.

Diante disso, percebemos que uma das características preliminares desses sítios é o seu caráter de deposição secundária da maior parte do refugo produzido dentro da casa. Schiffer (1972, p. 7-9) considera como refugo secundário todo o material de um sítio cujo descarte final não é o mesmo do local de uso. O material descartado em seu contexto original de uso é designado refugo primário. Há, por fim, uma terceira categoria de refugo, concebida como refugo de fato, aos quais estão relacionados todos os elementos que alcançam o contexto arqueológico sem o desempenho de atividades de descarte, por exemplo, o material que permaneceu sobre o pavimento de uma estrutura após o seu abandono.

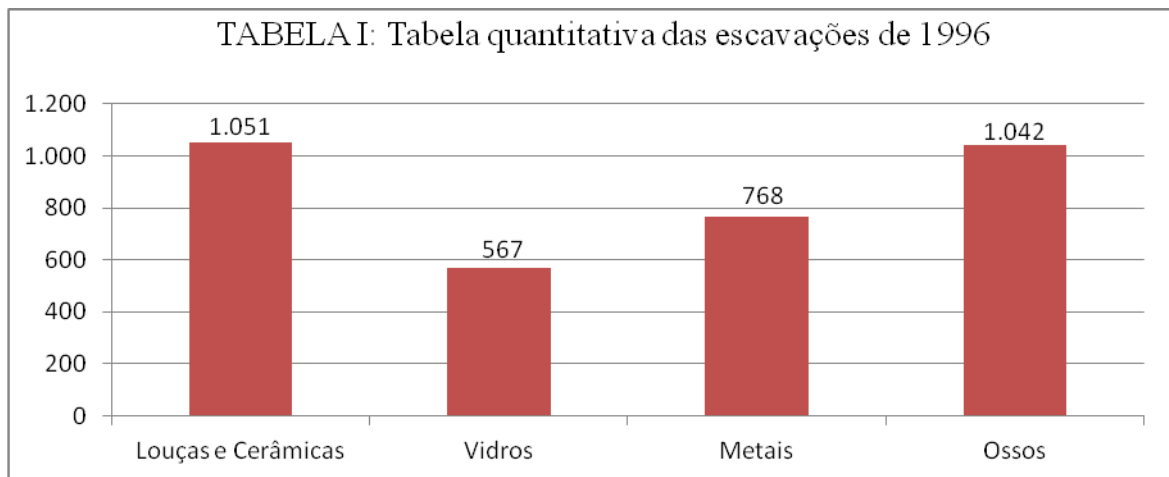
Assim, a presente investigação que passa pela diacronia e sincronia no processo de descarte de lixo no Solar, pode possuir uma roupagem específica: o movimento de um hábito internalizado por seus residentes no núcleo familiar, um hábito de descarte. Isso porque percebemos que os elementos sincrônicos e diacrônicos expressos através da cultura material, compõem a estratégia desta análise histórica na qual se verificam as práticas quotidianas ao longo da linha do tempo, de acordo com o seu contexto espacial e sócio-histórico. Segundo Castoriadis (1982), nessa perspectiva:

É impossível manter uma distinção intrínseca do social e do histórico, mesmo se trata de firmar que a história é “atributo essencial” da sociedade, ou a socialidade “pressuposto essencial” da história. Tais enunciados são na verdade, ao mesmo tempo insuficientes e redundantes. Não é que toda sociedade esteja necessariamente “num” tempo ou que uma história afete necessariamente toda sociedade. O social é isso mesmo, alto-alteração, e nada é se não é isso. O social faz-se e só pode fazer-se como história (CASTORIADIS, 1982, p. 252).

Nesse sentido, para a compreensão das práticas de descarte nos fundos do Solar prevemos que essa linha temporal que a história pressupõe se confunda com o social, onde a ideia é de que onde há signo, há um sistema que o informa. Um sistema histórico e social, no qual “a sincronia é intrinsecamente diacronizada e diacronizante, como a diacronia é intrinsecamente sincronizante e sincronizada” (CASTORIADIS, 1982, p. 253). A caricatura desse passado se insere também nos hábitos que estão presentes no processo de descarte, nessa prática padronizada, consciente e inconsciente, que permeia a leitura do presente cenário social e histórico.

Para Berger e Luckmann (1973, p. 79) “toda atividade humana pode estar sujeita ao hábito”, pois qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão que, em

seguida, pode ser reproduzido com uma economia de esforço e que, *ipso facto*, é apreendido pelo executante como tal padrão. O hábito implica, além disso, que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com a mesma economia de esforço, através de uma perspectiva diacrônica. Entretanto, a perspectiva sincrônica dos bolsões de lixo no Solar foi parte que integrou as inquietações deste pesquisador. Artefatos de uso cotidiano que foram alimentando lixeiras não sob a forma exclusiva de um ou outro tipo material, visto que percebemos uma incidência diversificada de artefatos descartados.



Fonte: Elaboração do Autor (2017)

As evidências arqueológicas podem demonstrar que o lixo doméstico do Solar possuía características de uma rotina de habitação. Como ilustrado na tabela a seguir (Tabela 1) composta por 3.428 fragmentos⁹ relativa às escavações de 1996, a diversidade de fragmentos salienta o consumo de categorias materiais de uso cotidiano, e que também compuseram parte da dieta alimentar dos residentes. Há um equilíbrio quantitativo dos artefatos, porém o que destoa, por exemplo, é a quantidade expressiva de ossos na tabela (Tabela 1). Isso externa a inferência anterior, cuja ideia que se observa é de um espaço socialmente ativo e de uso contínuo por seus residentes.

As escavações em sítios domésticos poderiam informar em que medida a população de Porto Alegre respeitou as leis que pretenderam alterar hábitos de descarte de refugo há

9 Tabela confeccionada pelo presente pesquisador, tendo por base a cultura material das intervenções arqueológicas no Solar em 1996 (salvaguardada no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo), e: SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Segundo Relatório Técnico Semestral. Projeto "Arqueologia Histórica em Porto Alegre: o Sítio Solar Lopo Gonçalves."* Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre julho e dezembro de 1996 (Relatório aprovado: Portaria nº 12, Diário Oficial da União de 09/01/1997, processo administrativo nº05112000210/95-70) – Acervo da 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

muito vigentes. Contudo, principiando que essas leis impostas foram espontaneamente obedecidas, era de se esperar que houvesse uma baixa incidência de material arqueológico posterior à década de 1890. O Solar Lopo Gonçalves, não obstante, atesta o inverso, pois sua amostra material é densamente alta e suas implicações mostram que as ações tornadas habituais conservam seu caráter plenamente significativo para o indivíduo e para um núcleo familiar. A perspectiva diacrônica dos hábitos de descarte manteve-se durante as estadias de Joaquim, Maria Luiza e de seus descendentes no Solar¹⁰, assim como a perspectiva sincrônica das áreas de descarte por estes mesmos protagonistas, expressa nas estratigrafias de suas lixeiras.

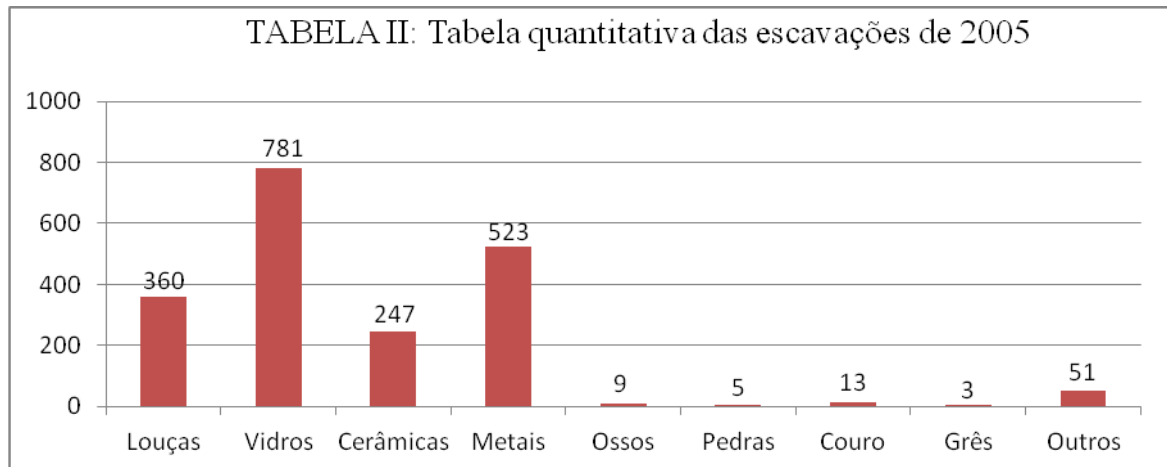
A Tabela 2 com 1.992 fragmentos¹¹, por conseguinte, também compôs a análise da presente pesquisa e refere-se aos percentuais quantitativos das escavações de 2005 no Solar. Ela corrobora as reflexões acerca da alta incidência material mesmo após as determinações legais do final do século XIX, cuja prática de descarte nesse quintal doméstico persistiu durante uma densa fatia do século XX. Tratam-se dos números gerais das escavações e elucidam a expressiva amostra material recuperada. Nela houve uma divisão entre as peças em louças e em cerâmicas, diferente da tabela de 1996 onde esses materiais foram quantificados conjuntamente.

Entretanto, percebemos na tabela (Tabela 2), por exemplo, que a quantidade de ossos é menor se comparada às intervenções de 1996. A quantidade de vidros, porém, é menor. Trata-se de uma análise mais crua dos números, pois ao considerar que as escavações de 1996

10 É pertinente salientar que, segundo discriminado no inventário de Joaquim e Maria Luiza de 1919, seus filhos herdaram: uma chácara com casa de moradia e galpões edificadas de frente à Rua João Alfredo, nº184 (atual Solar Lopo Gonçalves, desde 1926 sob o nº582), até os fundos da Rua José do Patrocínio e limitada à Rua Lopo Gonçalves; uma casa na Rua João Alfredo, nº161, com quatro janelas e uma porta de frente no centro delas; sete casebres de madeira em mau estado (cortiços), dentro do alinhamento da Rua Lopo Gonçalves do nº07 ao nº19; um pequeno terreno, 4,80m de frente, à Rua Lopo Gonçalves; um outro terreno, 12,80m de frente, à Rua Lopo Gonçalves; um terreno de frente com uma casebre de madeira e cerca de tábuas à Rua José do Patrocínio fazendo esquina com a Travessa da Harmonia e a Rua Lopo Gonçalves; e 30 ações da Compainha Aliança do Sul de nº5.962 ao nº5.991. In: Inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos): 3º Cartório Cível, Livro 194, fls 122, de 22 de setembro de 1919, p. 11-12 – Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS).

11 Tabela confeccionada pelo presente pesquisador, tendo por base a cultura material das intervenções arqueológicas no Solar em 2005 (salvaguardada no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo), e: COSTA, João Felipe Garcia da; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Relatório Técnico Final. Projeto “Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-Histórico e Histórico do Município de Porto Alegre.”* Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre junho de 2005 e junho de 2006 (Relatório aprovado: Portaria nº155, Diário Oficial da União de 20/06/2006, CLT30141/2005-08-24, projeto 914BRA4003 Monumenta/ PRODOC) – Acervo da 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

foram de 22m² e as escavações de 2005 foram de 7m², sem dúvida, os percentuais quantitativos da primeira seriam maiores. Além disso, o quadro de pessoas que participaram das pesquisas em 1996 era menor e mais qualificado, e o quadro de pessoas em 2005 era significativamente maior e menos qualificado. A manipulação menos atenta dos artefatos pode ter fragmentado e inflado os números das peças em vidro escavadas em 2005, em geral mais frágeis, o que pode atestar os percentuais maiores dessa categoria material, por exemplo.



Fonte: Elaboração do Autor (2017)

Embora o significado em questão torne-se parte da rotina nesta unidade doméstica, a formação do hábito acarreta um oportuno ganho psicológico para aqueles que o compõe, ou seja, a chamada economia de esforço. Ao estreitarem-se, através do hábito, as opções de ações cotidianas, a rotina pode admitir em seu acervo geral de conhecimentos, no sentido amplo, que as pessoas que compõe esse cenário terão algumas práticas como certas por elas e sempre presente para os projetos futuros. Isto é, o processo de descarte pode estar nessa esteira de possibilidades cotidianas através da economia de esforço que, talvez, fez-se presente durante o período em que a propriedade ainda pertencia aos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza: uma economia de esforço institucionalizada. Para Berger e Luckmann (1973), nesse sentido:

Empiricamente, a parte mais importante da formação do hábito da atividade humana é coextensiva com sua institucionalização [...]. A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores [...]. Qualquer uma dessas tipificações é uma instituição. [...] As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida (BERGER; LUCKMANN, 1973, p. 79).

Os diferentes níveis de hábitos, ou essas representações coletivas e simbólicas que são encontradas em práticas cotidianas, possuem a garantia da estabilidade e da continuidade

de sua existência através de representantes individuais ou coletivos. Quando percebemos em uma casa as permanências arquitetônicas e familiares, por exemplo, percebemos um simbólico mais perceptível e visível. Porém, a estabilidade de hábitos por vezes imperceptíveis no espaço e no tempo nem sempre estão em consonância com o que está no pátio e na rua. Castoriadis (1982, p. 256), nesse sentido, salienta que “é pela significação imaginária social que se pode fazer com que as coisas existam, com que se apresentam e como elas são, mas essa significação não deixa de estar ameaçada.” Percebemos, por conseguinte, que o simbólico desempenha um papel relevante na sociedade, porque muitos dos elementos, das instituições e dos valores sociais, existem dentro de uma rede simbólica.

No entanto, não podemos compreender uma sociedade ou uma instituição apenas por sua rede simbólica, composta de signos e significantes, nem simplesmente por seu sistema funcional em que determinadas disposições estão destinadas a satisfazer uma série de necessidades das sociedades. Ao analisar o material exumado do Solar,¹² busca-se recuperar evidências que muito podem informar sobre as atividades quotidianas dos grupos que o compõe, relacionadas à produção e reprodução sociais, consumo e socialização. Embora o que constitua os sistemas ou estruturas desvendadas, e que suas respectivas ordens culturais sejam signos dessas práticas de descarte, compreender a situação de descarte dos residentes do Solar pode fornecer pistas do seu significado cultural.

As Mudanças Estruturais e Simbólicas no Solar Lopo Gonçalves

O conceito de cultura, que aqui adoto, denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos. Trata-se, segundo Chartier (2015, p. 35), de “um sistema de concepções herdadas e expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.” A abrangência do que integra os escritos de Chartier (2015) e das práticas de descarte no Solar, podem endossar a perspectiva da análise material e de seus significados para além dos artefatos. As concepções “herdadas e expressas” podem estar no recorte

12 Materiais expressos nos números das tabelas mencionadas anteriormente e que são majoritariamente referentes ao período pós-1890, segundo análise dos artefatos em vidro e em louça, pois tratam-se dos materiais analisados por este pesquisador: a cultura material do século XX do Solar Lopo Gonçalves. Entretanto, as ocorrências dessa cultura material misturada à cultura material do século XIX atestam que as áreas de descartes no Solar possuíam uma contínua e ativa vida útil no seu quintal mesmo na camada superior (camada I) das escavações de 1996. Para maiores informações sobre a cultura material do Solar correspondente exclusivamente ao século XIX e às camadas inferiores durante as intervenções arqueológicas de 1996, e que não foram aqui analisadas, ver as profundas descrições quantitativas e qualitativas completas em: SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

temporal que recua para meados do século XIX e chega aos dias de hoje no Solar (diacronia), e que integra as fatias de distintas cronologias expressas nos bolsões de lixo no seu pátio (sincronia).

Os prováveis conjuntos de peças cujos fragmentos foram exumados de bolsões de lixos distintos, como as peças ilustradas nas imagens a seguir (Figuras 1 e 2), por exemplo, mostram que as três áreas preferenciais de descarte foram alimentadas concomitantemente desde o final do século XIX até meados do século XX. Como mencionado em outro momento, um descarte que compunha o hábito da família, áreas que foram passadas culturalmente como preferenciais para o enterramento dos rejeitos quotidianos e que estive sob os olhos ao perceber que muitos artefatos em louças estavam dispostos em buracos distintos, e que dialogavam entre si através dos buracos de lixo escavados, ou melhor, das lixeiras domésticas nos fundos do Solar que pude visualizar, talvez de uma forma abstrata, quando diante da cultura material.

Figuras 1 e 2: Prato fundo e peça para servir em faiança fina, *transfer printing*, motivo floral com decoração na borda, produzida na Inglaterra entre 1897 e 1913 pela Fábrica Alfred Meakin Ltda. Artefatos encontrados nas intervenções arqueológicas no Solar em 1996 e 2005, em distintos bolsões com materiais.



Fonte: Acervo do Autor (2017)

A diacronia histórica se apresenta no momento de se estabelecerem os processos de mudanças estruturais ou simbólicas, porque se a estrutura muda, de uma situação anterior para a atual, ou não (no caso a perpetuação das práticas de descarte no Solar), o tempo não pode ser ignorado, pois a estrutura é também diacrônica. A composição original, assim, está sempre pronta para servir de referência para interpretar ou retificar as mudanças que se produzem ao longo da sincronia histórica, uma vez que a estrutura também é sincrônica. Esse olhar sem

amarras, ao que parece, mostra-se interdisciplinar durante o construto desses escritos. Isso porque as mudanças espaciais e temporais, ou sincrônicas e diacrônicas, são alimentadas por um cotidiano que se distancia com o passar do tempo, mas que faz parte da trajetória dos artefatos fixos e não-fixos que também compõe o sítio RS.JA-04. De acordo com Chartier (2015):

O historiador procura situar e interpretar o artefato temporalmente, num campo no qual se cruzam duas linhas. Uma linha é vertical, ou diacrônica, com a qual ele estabelece a relação de um texto ou um sistema de pensamento com expressões anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política etc.). A outra é horizontal, ou sincrônica; com ela o historiador avalia a relação do conteúdo do objeto intelectual com as outras coisas que vêm surgindo, simultaneamente, entre outros ramos ou aspectos de uma cultura (CHARTIER, 2015, p. 34).

Os textos históricos e os documentos arqueológicos, mesmo os que parecem claros ou que estejam *in loco*, não falam ou movimentam-se voluntariamente a não ser quando sabemos interrogá-los. Nunca em nenhuma ciência a observação passiva gerou algo de fecundo, segundo Marc Bloch (2001, p. 79), obviamente que supondo, aliás, que ela seja possível. Quando estamos diante da cultura material, interrogações acerca de sua funcionalidade, produção, pertença e descarte fazem parte do repertório primário realizado ao artefato. Mesmo sendo pacífica a ideia de que todo ser humano tem consciência do passado, ou melhor, do período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo, em virtude das distintas convivências em sociedade, a cultura material pode, ao ser interrogada, respeitar *ipso facto* práticas quotidianas voluntárias e involuntárias dotadas de significados e significâncias.

Beaudry et al. (2007, p. 79) observam que os sítios arqueológicos domésticos podem constituir expressões que são, ao mesmo tempo, “normativas, pessoais e intransponíveis da unidade mais básica da sociedade em sua interação com a sociedade como um todo.” Não obstante, ao permanecer entre o material recuperado de um sítio doméstico e os amplos processos que caracterizam uma sociedade, acredito que o grupo doméstico é tido como uma das escalas possíveis para a pesquisa arqueológica. O diálogo entre a sociedade e os artefatos, no caso, a partir da disposição da cultura material de uma unidade doméstica e sua relação dá-se com um passado que nos é próximo e comum. Nesse sentido, para Eric Hobsbawm (2013):

[...] Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os

historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (HOBSBAWM, 2013, p. 25).

Entender aspectos da sociedade como ações, situações cognitivas, manifestações sociais através da cultura material, isto é, entender o cotidiano unicamente a partir desta análise é restringir os aspectos sociais e econômicos dos grupos em foco, por exemplo. Deve-se perceber outros aspectos daquilo que se enxerga, além da distribuição e uso do espaço onde é possível aproximar da realidade as atitudes que podem integrar a ocupação e as alterações do espaço construído. São características dos indivíduos alterarem suas práticas ao utilizar e reutilizar seus objetos cotidianos, e isso percebemos na própria representatividade das peças ilustradas anteriormente (Figuras 1 e 2).

Isso porque o utilizar e reutilizar, no caso, pode tratar-se de artefatos em faiança fina que compuseram conjuntos de mesa/cozinha que ornavam o interior do Solar. Peças que tinham um significativo valor para a família, pois um conjunto de pratos e travessas, por exemplo, foram recuperados e provavelmente pertenciam à família por possuírem a mesma técnica decorativa e disposição de cor das peças dispostas anteriormente. O que indica pertencer a um aparelho adquirido no final do século XIX, de acordo com o recorte cronológico das peças, e que dado as suas características ficou no seio da família durante o século XX, até o seu eminente descarte. Como os bolsões de lixo pertenciam a contextos semelhantes, a temporalidade dos artefatos indicou descartes em períodos distintos, porém em bolsões ativos e sempre contemporâneos aos residentes que efetuavam os enterramentos ou os descartes voluntários.

Burke (2008, p. 93-94), por sua vez, salienta que é pertinente chamar a atenção para as referências dos espaços da casa. Pode parecer paradoxal, ainda de acordo com o autor, “incluir o espaço na cultura material, mas os historiadores *culturais*, como os da arquitetura, sociologia e geografia, chegam a ler o texto de uma cidade ou de uma casa no sentido implícito.” Diante disso, faz-se necessário considerar que não foram apenas especificamente os artefatos em louça e vidro que alteraram o comportamento do grupo ou indivíduos residentes no Solar. Sua própria estrutura física, seu construto e mesmo seu terreno que diminuía de tamanho na década de 1920, perdendo seu caráter eminentemente rural, além de seus residentes que compuseram um contexto novecentista de transição em relação aos hábitos sociais domésticos e extradomésticos, também o fizeram.

Nesse sentido, a *arqueologia do tempo presente* seria incompleta sem os estudos dos mercados, ferrovias e praças, assim como a história das casas seria incompleta sem as reflexões sobre uso, desuso e reuso de seus espaços interiores e exteriores (ou de seu quintal, indo ao encontro do presente artigo). A compreensão dos processos deposicionais dos artefatos nos fundos do Solar e a análise da sua distribuição espacial, são relevantes para a percepção dos descartes de seus residentes, dessa rotina, comportamento ou hábito.

Para Hobsbawm (2013, p. 55), a história não tem nenhuma fórmula simples para descobrir as consequências exatas de mudanças e práticas quotidianas, ou os desdobramentos de situações que podem ser geradas, no caso, infringir o Código de Posturas de 1892 que entrara em vigor em Porto Alegre, e que proibia o descarte e posterior enterro de lixo doméstico nos pátios residenciais. Porém, essa mesma história “pode definir *uma* dimensão urgente do problema, a saber, através de uma redistribuição social dentro do espaço doméstico” (HOBSBAWM, 2013, p. 55).

Destarte, as evidências materiais provenientes de espaços domésticos dificilmente podem ser atribuídas a indivíduos específicos. Relacionadas às mais diversas atividades que foram realizadas dentro e fora das estruturas de habitação, essas evidências fornecem informações sobre o grupo doméstico como um todo. Com a cultura material, podemos prever um recorte cronológico aproximado dos residentes de um espaço doméstico a partir de sua análise. Entretanto, o diálogo com a pesquisa histórica pode aproximar à crível temporalidade desse espaço, juntamente com os hábitos dos residentes que tendem a respeitar o seu tempo.

O Registro Arqueológico de um Espaço Doméstico

Acredito que mais pelas representações do que pela racionalidade é que podemos ter acesso, no sentido amplo, e compreender o conhecimento sócio-histórico. Os diálogos com essas representações podem frutificar quem somos, o que fazemos e como fazemos em cada sociedade. De acordo com Chartier (2015, p. 23), diante disso, “a função das representações da história (definida como a capacidade do discurso histórico para representar o passado) é constantemente questionada, suspeitada pela distância necessariamente introduzida entre o passado representado e as formas discursivas necessárias para sua representação.” Não obstante, ancorando-me em Bourdieu (1989, p. 134), dentro de uma representação, não só os hábitos, práticas quotidianas ou a rotina individual e coletiva de um núcleo familiar, “mas sim

a posição de um determinado agente nesse espaço social é que pode ser definido como representativo desse homem,” no caso dos residentes do Solar, como membro da sociedade.

As representações de um passado que não passa requer fôlego, assim como perceber as práticas de descarte de um passado que tenho sob os olhos, um descarte dos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza durante parte do século XX, como agentes dentro desse espaço social no período novecentista. Como parte do que compõe os objetos, entender os residentes desta unidade doméstica como agentes ativos e passivos, significantes e que significam a totalidade do sítio arqueológico Solar Lopo Gonçalves, é entender a igualdade que os integra juntamente com a cultura material e com o próprio Solar. Um contexto que, para Bourdieu (1989):

Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupo de agentes são assim definidos pelas suas posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada no espaço (BOURDIEU, 1989, p. 133-134).

Entender as estruturas do Solar como agência composta também por seus elementos fixos, semi-fixos e não-fixos, “é apreender que a história da sociedade é *história*, isto é, ela tem como uma de suas dimensões o tempo cronológico real” (HOBSBAWM, 2013, p. 117). Para Matthew Johnson (2010, p. 168), agência e estrutura são analiticamente distintas, porém, apesar disso, entremeadas: cada uma é produto da outra quando são observadas de diferentes pontos dentro de um fluxo histórico. Para explicitar as estruturas, por conseguinte, “deve-se olhar para as condições nos níveis individuais e coletivos, e para o dia a dia das interações sociais.” A cultura material, na perspectiva aqui adotada, não pode ser apenas *reflexo* direto do comportamento humano, mas sim parte direta e indireta de uma transformação desse comportamento, ao considerar a biografia que abrange muitos aspectos da cultura material.

Faz-se necessário que a leitura do registro arqueológico leve em consideração suas transformações culturais. As reflexões desta etapa do presente artigo não se propõem necessariamente à preocupação apenas com estruturas e seus mecanismos de permanências e mudanças, bem como com as possibilidades gerais e padrões de suas transformações, mas também com o que se aproxima do crível dentro dessa unidade doméstica, nesse espaço social. Entendo que as unidades domésticas também se caracterizam como espaços onde as rotinas das ações dos sujeitos são discerníveis, resultando em uma fecunda relação ao se interpretar práticas, o lugar onde se vive e a vida quotidiana. Práticas essas concebidas através

de anseios diversos, sem rédeas, pois integram capacidades individuais e coletivas que estão imperceptíveis no cotidiano.

Nesse sentido, as práticas quotidianas de descarte de lixo nos fundos do Solar pelos grupos domésticos ligados ao seu núcleo familiar, indicam um descumprimento das medidas higienistas veiculadas pelo discurso médico, principalmente considerando o período de uma maior disciplina correspondente às últimas décadas dos oitocentos e o princípio do século XX. Depositar o lixo produzido no quintal dessa residência, a ser ilustrado a seguir, era, provavelmente, uma atividade que compunha o cotidiano dos residentes da unidade doméstica, ou seja, diariamente. Atestamos isso através da cultura material exumada, visto que a análise das louças, por exemplo, permitiu que algumas inferências acerca da prática de descarte no Solar fossem observadas.

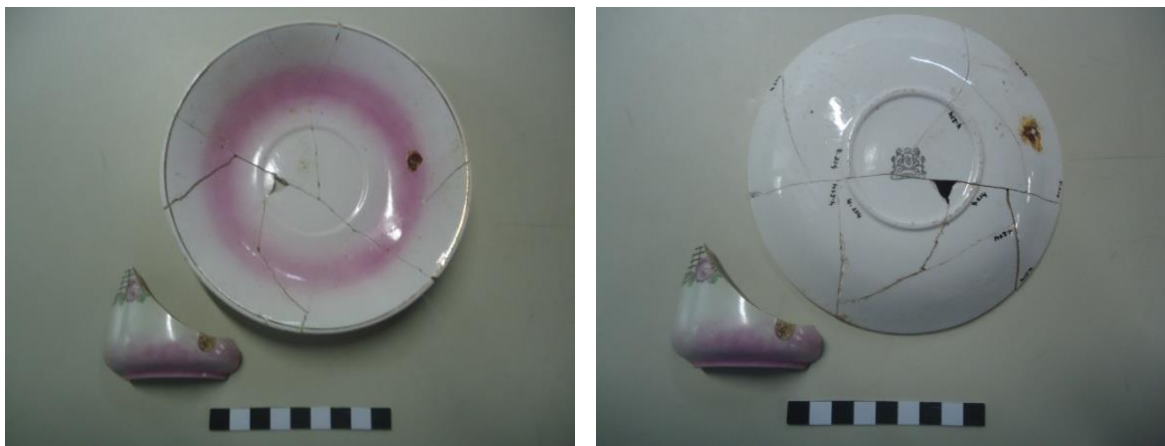
Menciono o exemplo das louças porque a análise das peças em vidro não permitiu observar fragmentos de bolsões distintos e que fossem remontados, ou mesmo que pudessem pertencer a aparelhos ou jogos de copos, cálices ou potes para conter alimentos, por exemplo. O nível de fragmentação dos artefatos em vidro também dificulta qualquer possível remontagem, e outra: o termômetro socioeconômico por vezes recai sobre as louças quando não há incidência de peças em vidro que denotem algum requinte, como neste caso. É possível perceber que as ausências também são categorias de análise e a inexistência de selos ou marcas nas peças em vidro permitem relações diversas, pois percebemos a materialidade onde o perceptível é a imaterialidade.¹³ Não se trata aqui de um jogo de palavras, mas de uma análise das fontes que temos e das perguntas realizadas aos artefatos que dispusemos, ou não.

Em relação às louças, chamou atenção o fato de artefatos de diferentes bolsões de lixo possuir peças de uso doméstico pertencentes a um mesmo conjunto. Artefatos escavados nos fundos do Solar em 1996 e 2005, e que provavelmente formam aparelhos pertencentes a descartes concomitantes e desenterrados em bolsões de lixo distintos, como ilustrado nas imagens das peças em faiança fina a seguir (Figuras 3 e 4), constituídas por uma xícara e um

13 Reflexões ancoradas a partir da leitura de Daniel Miller (2013), através do qual “a imaterialidade por vezes recai sobre a materialidade para ser concebida”. A premissa que inferi propositalmente é a ideia de que “a ausência de materialidade recai sobre a imaterialidade para ser concebida”. Segundo o autor, nesse sentido, “nunca vamos chegar longe em nossa compreensão da materialidade se atacá-la frontalmente [...]. Uma coisa dura, como uma pedra, é mais material que algo frágil, como uma bolha? Uma ideia que perdura é mais material que outra, que não perdura? [...] Talvez em física seja possível definir materialidade, mas a definição seria de pouco valor para a ciência social [...] [porém], podemos voltar à contradição básica pela qual as religiões acham que a melhor maneira de expressar a imaterialidade é pela materialidade”. In: MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 107-108.

pires, e que indicam compor um mesmo conjunto de chá/café. Reitero o que já fora mencionado, por tratar-se de uma hipótese que prezo, pois são remotos os estudos sobre lixeiras domésticas novecentistas, para não falar que inexistem, ou melhor, que no momento do construto desses escritos, o presente pesquisador desconhece. E o fato de existirem bolsões de lixo em uma mesma unidade doméstica e que foram alimentados por descartes contínuos, simultâneos e em diferentes períodos, incitam reflexões que merecem no mínimo atenção.

Figuras 3 e 4: Pires e xícara em faiança fina produzidas pela Cerâmica Porto-Alegrense entre 1920 e 1939, com friso dourado na borda, pintura interna rosa por *aerografia* e marca da fábrica no fundo. Artefatos encontrados nas intervenções arqueológicas no Solar em 1996 e 2005, em distintos bolsões com materiais.



Fonte: Acervo do Autor (2017)

O caráter rotinizado desta prática de descarte em áreas específicas, no entanto, não pode ser reduzido apenas às dimensões do espaço doméstico. No espaço social do Solar, por mais repetitivos e por mais rígidos que teriam sido os ciclos de suas atividades e de seus ritos, as práticas de descartes no pátio continuaram,¹⁴ e a composição desses escritos mostram através da análise dos artefatos.

Para Burke (2008, p. 76-77), no caso, as reflexões acerca desse *campo* referem-se ao domínio autônomo que, em dado momento, “atingem a independência em uma determinada

14 Mesmo com a regulamentação, em 1895, dos serviços de saúde pública no Rio Grande do Sul (decreto nº 44 de 02/04/1895), cuja atribuição era o estudo sobre o tema da higiene, o saneamento de espaços públicos e privados e a adoção de estratégias para prevenir e combater as doenças. Isso após o Código de Posturas Municipal de 1892. Além disso, como a higiene era competência dos municípios, em 1898 foi instituído o serviço regular de limpeza pública encampada pela Intendência de Porto Alegre, quando iniciou-se a coleta de fossas móveis ou cubos uma ou duas vezes por semana nas localizações do Solar Lopo Gonçalves. As pessoas que mantivessem cloacas em seus quintais, que jogassem águas servidas na superfície ou que colocassem entulhos sobre o lajedo de suas casas, por exemplo, eram multadas. In: TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*. São Leopoldo/RS: Oikos, 2010, p. 264-265.

cultura e produzem suas próprias convenções culturais.” Essas convenções diacrônicas e sincrônicas que estão nas dimensões do Solar não estão somente no processo de descarte e sim nas permanências do seu próprio espaço, seus residentes, de uma família, de um terreno, de um endereço, de peças em louça, de uma lixeira doméstica, de uma segunda lixeira, de uma terceira etc.

Trata-se, por conseguinte, de um mesmo lugar e de práticas de uma mesma família. Talvez, por outro lado, haja uma ruptura visível: a técnica decorativa que adorna as peças ilustradas anteriormente (Figuras 3 e 4). A técnica decorativa por *aerografia* igualmente adorna muitos artefatos recuperados em 1996 e 2005, e é uma técnica típica do período novecentista, não havendo qualquer incidência desta decoração em contextos do século XIX. Mas são as permanências no Solar que me refiro, e elas também são comumente visíveis. Elas também estão, nessa perspectiva, nos hábitos adotados e nas práticas de descarte sincrônicas e diacrônicas dos atores sociais, e mesmo da agência do Solar e dos objetos que o compreende nas lixeiras, e daqueles que um dia o habitaram. Johnson (2010), diante disso, consubstancia essa reflexão quando destaca que:

[...] O ator social saberia muito bem sobre o modo como operava a sociedade, e seria mais ou menos capaz de reafirmar, manipular ou transformar essas regras de operação em determinada situação social. Vale a pena notar que, mesmo nessa concepção de ação social manifestadamente não-estruturalista, o ator somente pode conduzir essa estratégia tendo como referência alguma “estrutura” ou *habitus* pré-existente e “externo”, em um dado momento. Mesmo se historicamente essa estrutura ou *habitus* é fluida e em constante mudança (JOHNSON, 2010, p. 151).

A estrutura pelo simples fato de existir controla a conduta humana estabelecendo padrões, por vezes, previamente definidos de hábitos que são internalizados, que, para Berger e Luckmann (1973, p. 80), “canalizam-na em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis.” Alguma literatura ou sabedoria popular, ambas no sentido amplo, atestam que as ações repetidas uma vez, ou mais, tendem a se tornarem habituais até certo ponto, assim como “todas as ações observadas por outros que envolvem alguma tipificação por parte deste outro” (BERGER; LUCKMANN, 1973, p. 83). Depositar o lixo produzido no quintal das residências, como observado no presente contexto arqueológico (FIGURAS 05 e 06), era, talvez, uma atividade rotineira, repetitiva, e que se realizava de maneira semelhante, dia após dia.

FIGURAS 5 e 6: Artefatos em seu contexto em uma das áreas de descarte do século XX nos fundos do Solar Lopo Gonçalves evidenciada em 2005 (Quadrícula C2b1).



Fonte: Acervo do Autor (2017)

Embora haja uma história que antecede o nascimento do indivíduo, os hábitos e as práticas rotinizadas estão presentes e são exteriores a esse indivíduo. Acredito haver uma tendência do cotidiano em compor e orientar a conduta humana através do que é internalizado, voluntariamente ou não, a partir da estrutura ou agência, mesmo a agência implicando ação e alguma consciência. Johnson (2010, p. 167) em outra passagem salienta que o estudo da agência não pode ser separado do estudo da estrutura, visto que “a agência é uma manipulação de uma estrutura existente, uma estrutura que é externa ao indivíduo” e que se apresenta ao agente como um construto sincrônico, como algo a ser delineado a partir dele.

Quando se busca entender a agência humana ou dos objetos, nesse sentido, deve-se perceber e descrever as condições históricas antecedentes, a diacronia, o *habitus* no qual estes atores atuam, em uma maneira sincrônica e normativa, de modo a obter a compreensão destas ações (JOHNSON, 2010, p. 167). Diante disso, segundo Elias (1994):

Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social (ELIAS, 1994, p. 150).

O *habitus* social que o autor menciona permite-nos introduzir os fenômenos sociais e culturais em “um campo da investigação científica, que antes lhes era inacessível.” Ainda ancorando-me em Elias (1994, p. 150), acredito que essa escrita social endossa a ideia de que não existe um dualismo entre sujeito e sociedade. Os indivíduos são regulares e conscientes

visto que, ao mesmo tempo, suas ações também estão situadas em condições inconscientes e possuem conseqüências não intencionais. Por conseguinte, o agente pode ser um sujeito ativo, ou um objeto também ativo, e suas ações podem ser consideradas propositais, determinadas, voluntárias, conscientes ou involuntárias, porém vivas e com trajetórias *ipso facto*.

A conduta social é orientada, assim, através da estrutura ou da agência, como parte do comportamento cotidiano. Uma abordagem, ou conduta social e histórica, que busca captar, simultaneamente, as dimensões sincrônica e diacrônica, sem tomar como absoluta a distinção entre elas. Todavia, o domínio social pressupõe uma distinção entre diacronia e sincronia, ou mesmo o domínio temporal e espacial. É pertinente, porém, que essa distinção seja válida em uma forma provisória, circunstancial, dado que diacronia, nesse sentido, implica em uma perspectiva contínua, através de uma dinâmica evolutiva, e sincronia em uma inscrição momentânea deste tempo linear, e que implica em mudanças estruturais. Isso porque abordo um domínio que preza ser de totalidade sócio-histórica, espaço-temporal.

Integrar a contribuição de uma visão de mundo e entender que o diálogo dessa visão de mundo, com o contexto em que está inserida, pressupõe que o agente exerce um poder dentro de um quadro social ou de uma unidade social. O saber histórico, para Chartier (2015, p. 24), “é conduzido pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo.” Faz-se necessário perceber, nesse sentido, que o saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os descontentamentos que durante longo tempo desorientam as memórias coletivas. Todavia, esse saber histórico permite também dissipar as certezas e os contentamentos que durante longo tempo igualmente orientavam as memórias coletivas.

Considerações finais

A Arqueologia, na perspectiva apresentada, é utilizada como instrumento que contribui para o processo de formação da cidadania e de sentimentos de pertença relacionados a realidades socioculturais como parte da história da cidade. Assim, inserir preocupações, reflexões e ações quanto aos bens arqueológicos faz-se necessário, sobretudo se relacionado ao lixo, aquilo que está no interior das unidades domésticas, aqui, através de suas lixeiras. O patrimônio vem sendo dilapidado com veemência diariamente e, com ele, as referências materiais de memórias, identidades, de vestígios de práticas quotidianas de pessoas e grupos

anônimos, porém a necessidade de resgatar essas construções socioculturais deveria nutrir mais estudos sobre os rejeitos de áreas urbanizadas.

A abordagem do Solar Lopo Gonçalves, como um estudo de caso, contribui para refletir em como esse processo faz-se presente na cultura material, através da Arqueologia. Isso porque o descarte em geral é o destino final de qualquer produto, a partir de uma vida útil que já não é a mesma quando de sua aquisição, onde sua troca ou reposição é determinada. No caso, quando uma exumação está em curso através de uma intervenção arqueológica, fragmentos correspondentes a peças inteiras, consumidas provavelmente no interior da unidade doméstica no qual encontra-se inserida, são encontrados, presume-se que o descarte fora realizado na lixeira após a quebra do objeto.

Trata-se do consumo de produtos importados e de produção nacional no século XX tais como de louças inglesas e brasileiras por parte de famílias abastadas socialmente, e é uma realidade e foi atestado pelos estudos acerca da cultura material do próprio Solar. Produtos esses cujos trâmites comerciais dos negócios para a suas aquisições no século XIX e, em grande medida, até a década de 1950 (período em que os veículos automotores se popularizaram no Brasil), davam-se por intermédio do chamado comércio transatlântico.¹⁵ Os artefatos exumados do Solar Lopo Gonçalves, aliados às informações sobre a disposição externa no seu quintal e as implicações sócio-históricas dos grupos domésticos que o ocuparam dentro de um contexto urbano, demonstram *neste olhar* que as permanências são proeminentes.

Ocorreram, porém, mudanças em parte dos padrões de comportamento de seus ocupantes durante o período novecentista que dizem respeito às áreas de descarte, e não às práticas de descarte. Isso porque percebemos que a sincronia reivindica o seu lugar, pois se a diacronia e as estruturas lineares implicam em um recurso constante à história, mostrando que instituições se transformam através de uma sucessão de acontecimentos, a presente unidade doméstica se apresenta como palco das transformações que reivindica essa voz no cotidiano.

O Solar a partir dos artefatos que o compõe, manifesta a agência das diversas sincronias que integram um mesmo palco que ainda pode reservar uma história igualmente presente. Além das transformações nos limites e práticas rotineiras, as mudanças de uma

15 Convêm mencionar que todo o tipo de comercialização ao longo do século XIX e em parte do século XX em Porto Alegre, dava-se via porto, ou seja, pelo Lago Guaíba após trâmite conhecido por *cabotagem* pelo Porto de Rio Grande e Rio de Janeiro, primeiramente, por se tratar da capital brasileira no período.

estrutura para a outra e suas transformações estruturais, dialogam com a totalidade de seu espaço, ou melhor, partem de um provável diálogo.

A totalidade histórica do Solar Lopo Gonçalves, obviamente, pode ser obtida somente na soma de todos os seus tempos, individuais e coletivos, sociais e históricos, sincrônicos e diacrônicos. Não obstante, essa totalidade não está presente integralmente em nenhum desses tempos. Os acontecimentos e a descrição de um cenário conjuntural e estrutural não são capazes por si mesmos de oferecer a totalidade da história ou a simples compreensão da situação de uma unidade doméstica mesmo através de sua cultura material, o que para este pesquisador seja a fonte histórica *in loco*. Os limites de qualquer pesquisa está na compreensão de que a totalidade, talvez, esteja em uma conjuntura que nos é inacessível.

Referências

- BEAUDRY, Mary C; COOK, Lauren J; MROZOWSKI, Stephen A. *Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social*. Belo Horizonte, MG: Vestígios Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica, v.1, nº2, p. 71-114, 2007.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2015.
- EIGENHEER, Emílio Maciel. *Lixo: a limpeza urbana através dos tempos*. Porto Alegre, RS: Pallotti, 2009.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GIACOMELLI, Sérgio. *Solar Lopo Gonçalves: de propriedade rural a Museu de Porto Alegre*. Porto Alegre, RS: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *Hacia otra arqueología: diez propuestas*. Madri: Complutum, v. 23, p. 103-116, 2012.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- JOHNSON, Matthew. *Concepções de agência em interpretação arqueológica*. Belo Horizonte, MG: Vestígios Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica, v.4, nº2, p. 147-173, 2010.
- MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MORIM, Edgar. *Terra Pátria*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2003.

REDE, Marcelo. *História a partir das Coisas: tendências recentes nos estudos de Cultura Material*. São Paulo: Anais do Museu Paulista (História e Cultura Material), v.4, p. 265-282, 1996.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SCHIFFER, Michael. *Archaeological context and systemic context*. *American Na tiquity*, 37 (2), 1972.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1998.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2010.

WEBER, Beatriz Teixeira. *O código de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1992.

Fontes e arquivos pesquisados

Inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos): 3º Cartório Cível, Livro 194, fls 122, de 22 de setembro de 1919 – Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS).

Inventário de Lopo Gonçalves Bastos (e sua esposa Francisca Lopo Teixeira Bastos): 1º Cartório Cível, Autos 429, Maço 19, Estante I, março de 1878 – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Cultura material das escavações de 1996 e 2005: Sítio Arqueológico RS.JA-04 (Sítio Solar Lopo Gonçalves) – Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

COSTA, João Felipe Garcia da; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Relatório Técnico Final. Projeto “Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-Histórico e Histórico do Município de Porto Alegre.”* Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre junho de 2005 e junho de 2006 (Relatório aprovado: Portaria nº155, Diário Oficial da União de 20/06/2006, CLT30141/2005-08-24, projeto 914BRA4003 Monumental/ PRODOC) – 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Segundo Relatório Técnico Semestral. Projeto “Arqueologia Histórica em Porto Alegre: o Sítio Solar Lopo Gonçalves.”* Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre julho e dezembro de 1996 (Relatório aprovado: Portaria nº12, Diário Oficial da União de 09/01/1997, processo administrativo nº05112000210/95-70) – 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).